

MULHER E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NO TOCANTINS: CONTANDO A HISTÓRIA DELAS

WOMAN AND POLITICAL PARTICIPATION IN TOCANTINS: TELLING THE STORY OF THEM

Alessandra Ruita Santos Czapski 1
Jeany Castro dos Santos 2
Temis Gomes Parente 3

Doutoranda em Desenvolvimento Regional pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – UFT. Atualmente é Pró-Reitora de Graduação/Unitins. Professora do Curso de Serviço Social na Universidade Estadual do Tocantins - Unitins. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1441323064488073>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3090-2908>. E-mail: alessandra.rs@unitins.br

Doutoranda em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Tocantins - UFT. Mestra em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Tocantins - UFT. Atualmente é professora do curso de Serviço Social na Universidade Estadual do Tocantins - Unitins. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8912165481099065>. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-4479-0839>. E-mail: jeanycastros@gmail.com

Mestrado e Doutorado em História pela Universidade Federal de Pernambuco (2001). Pós-Doutora pelo CEDEPLAR/UFMG. Professora Titular aposentada da Universidade Federal do Tocantins. Professora voluntária do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da UFT. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0470934521441767>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6086-6402>. E-mail: temis@mail.uft.edu.br

Resumo: Este trabalho discute a participação da mulher na política, tendo como objetivo analisar a participação das mulheres para cargos no executivo e legislativo na política tocantinense. O problema norteador está em entender se o processo político desenvolvido no Tocantins permite a participação plena das mulheres a cargos no executivo e legislativo, investigando esse processo no período de 1988 até 2018. Dessa forma, esta pesquisa analisa o que ocorre com as mulheres no meio político, e se a igualdade de gênero faz parte da realidade da política tocantinense. Entende-se o processo político como inerente à pessoa humana, e decorrem da política as decisões que afetam toda a vida em sociedade, bem como, as resoluções das necessidades específicas das mulheres. Assim, compreender a participação das mulheres nesse processo é fundamental, por isso este estudo utiliza a categoria gênero como norteador, para analisar as relações de poder estabelecidas no meio político com relação à participação de mulher na política formal. A metodologia utilizada é a história oral temática, por entender que esse método permite o exercício democrático da palavra, o estudo ainda lança mão da pesquisa documental e do levantamento bibliográfico.

Palavras-chave: Mulher. Política. Participação e gênero.

Abstract : This paper discusses women's participation in politics, with the objective of analyzing women's participation for positions in the executive and legislative in Tocantinense politics. The guiding problem is in understanding whether the political process developed at Tocantins allows participation women's full participation in executive and legislative positions, investigating this process from 1988 to 2018. Thus, this research analyzes what happens to women in the political environment, and whether gender equality is part of the reality of Tocantinense politics. The political process is understood as inherent to the human person, and the decisions affecting all life in society, as well as resolutions of women's specific needs, are due to politics. Thus, understanding the participation of women in this process is fundamental, so this study uses the gender category as a guiding factor, to analyze the power relations established in the political environment with respect to women's participation in formal politics. The methodology used is the thematic oral history, because it understands that this method allows the democratic exercise of the word, the study also uses documentary research and bibliographic survey.

Keywords: Woman. Politics. Participation and gender.

Introdução

A capacidade humana de tomar decisões políticas é importante, visto que influencia diretamente no modo de vida das pessoas. Decorrem da política decisões para a resolução de problemas advindos da vida em sociedade. A participação das mulheres nesse processo é importante para o desenvolvimento social e econômico da sociedade como um todo. O direito, das mulheres, de votar e ser votada são resultados da luta do movimento de mulheres e representa uma conquista do sufrágio universal.

Para Biroli (2018, p.176), “o direito ao voto foi um dos eixos da chamada “primeira onda” do feminismo”. Entende-se o processo político como fundamental, é no plano político que é engendrado, pensadas, discutidas e implementadas as decisões que afetam toda a vida em sociedade, bem como, as resoluções das necessidades específicas das mulheres, por isso o peso e importância da participação das mulheres nesse processo.

No Brasil, a luta pelo sufrágio universal não foi diferente do resto do mundo, também foi permeada de embates e uma longa espera da mulher para ser incluída nos processos políticos, a este respeito, Birole (2018, p. 177) diz que, “no Brasil, o direito de votar, que as mulheres conquistaram em 1932, só se igualaria ao dos homens na Constituição de 1946, quando o alistamento feminino deixou de ser facultativo”. Corroborando com esta informação Cortês (2016, p.262) esclarece, no “[...] texto da Constituição de 1934:” o alistamento e o voto são obrigatórios para homens e para as mulheres, quando essas exerçam função pública remunerada, sob sanção e salvas e exceções que a lei determinar”.

O processo de restrição das mulheres no âmbito político contribuiu para o acirramento das desigualdades no que tange a representação política. A ausência das mulheres neste contexto têm raízes nas relações de dominação próprias do patriarcado. Embora a luta feminista tenha possibilitado a participação da mulher na política o seu alargamento só será possível se as mulheres continuem a problematizar e discutir sobre o tema, desta forma poderão continuar criando, para elas, espaços de poder na política, a este respeito Cortês (2016) assevera que,

Estamos em uma época de conquistas inéditas para as brasileiras no campo político. Diante das boas novas, fica até difícil imaginar o longo, difícil e penoso percurso que nossas antecessoras tiveram que trilhar para chegar até aqui e quanto ainda falta para que as mulheres sejam respeitadas e consideradas cidadãs em sua plenitude, repartindo igualmente com os homens espaço de poder, afazeres domésticos e os cuidados com a família (CORTÊS, 2016, p. 260).

Nesse contexto, apesar das conquistas, ainda há um percurso a ser trilhado para que as mulheres conquistem patamares igualitários e participações menos desiguais no cenário político, a trajetória e a luta das mulheres que se enveredam por esse desafio deve ser publicizada para que as questões de gênero no campo político sejam conhecidas e provoquem reflexões críticas.

Amparado no referencial teórico de gênero e na metodologia de história oral, este estudo possibilitará preencher a “lacuna” referente ao registro da contribuição das mulheres em espaços de decisão política. A história oral é um método que possibilita o ecoar das vozes das minorias e da luta de gênero, de acordo com Portelli (1997), este é um aspecto que torna a história oral diferente, possibilita conhecer outras versões da história. A história oral é diferente, pois tem a possibilidade de desvelar a subjetividade do expositor, ou seja, das fontes orais. Dessa forma, a história oral é uma importante metodologia para os estudos de gênero, pois se apresenta como uma possibilidade de ampliar o significado e os desafios da participação das mulheres no campo político.

A aproximação da história oral com os temas: mulheres, gênero e memória feminina se faz necessário para inserir estes sujeitos na cena historiográfica (TEDESCHI, 2014). A história oral é uma metodologia que permite evidenciar o protagonismo das mulheres por meio das fontes orais. Mediante análise das fontes orais, é possível questionar a história tradicional, incluindo as mulheres nos registros da história.

Conforme Tedeschi (2014), por meio da história oral é possível conhecer as mudanças nas abordagens históricas que permitiram surgir “novos sujeitos” para além das histórias tradicionais já contadas. Esse autor coaduna com Joana Maria Pedro (2005) que assevera “as mulheres para entrar para a história, tiveram que construir seu espaço a duras penas, árduas lutas no campo profissional, acadêmico e político. Desconstruindo as tradicionais formas da escrita da história”.

A história oral como metodologia permite desconstruir as histórias calcificadas em sua forma tradicional, agregando as mulheres, suas lutas, seus desbravamentos, seus desafios e suas conquistas no campo político. Assim, a história oral é responsável pelo exercício de desconstruir as narrativas que priorizam os sujeitos masculinos, que estavam no centro da história por meio de uma epistemologia pobre que atribuía somente a eles o prestígio no protagonismo social e político, para também incluir as mulheres nesse cenário de poder.

Refletir sobre a participação das mulheres na política é uma forma de construir para o registro da história das mulheres. Ao desvelar as desigualdades de gênero abri-se a possibilidade de refletir sobre os aspectos que contribuíram para excluir as mulheres dos espaços de poder na sociedade contemporânea.

Sob essa perspectiva, a história oral tem se apresentado como uma valiosa contribuição para os estudos sobre o cotidiano das mulheres e suas histórias, e se constitui como uma ferramenta metodológica útil para a história das mulheres e estudos de gênero. A história oral na perspectiva de gênero privilegia a memória e a subjetividade das mulheres, dessa forma, ativa a memória individual, à medida que estimula as narrativas femininas. De acordo com Tedeschi (2014), as memórias individuais atravessam as experiências coletivas das mulheres, esse exercício, possibilita às mulheres entender criticamente seu passado, se apropriar do que foi dito sobre elas, entender os problemas presentes, e recriar uma nova história com horizontes de poder transformador.

O esforço teórico deste estudo se propõe discutir a participação da mulher na política tocantinense, a partir das narrativas que evidenciam o envolvimento das mulheres nesse espaço, mediante a versão de algumas mulheres que fazem e fizeram parte desse processo, busca-se aqui: os olhares, a memórias, os sentimentos e os relatos delas sobre esse tema com intuito de desvelar alguns aspectos que permeiam essa participação.

A Participação das mulheres na política Tocantinense

O Tocantins é um estado novo, segundo Cavalcante (2003, p.1969) “com a promulgação da Constituição de 5 de outubro de 1988, o artigo 13 das Disposições Transitórias criou o Estado do Tocantins”. De acordo Cavalcante (2003) a criação do Tocantins ratificou o projeto de autonomia que demonstrava os anseios e demandas econômicas e político administrativas dos tempos atuais, mas também, das vozes das outras gerações que lutaram por essa criação desde 1821, porém não conseguiram esse feito.

Lideranças políticas do norte goiano militaram em uma luta antiga pela divisão do Estado de Goiás e criação do Tocantins em razão do abandono político administrativo que o norte goiano era acometido. Conforme Scarpin (2019, p. 25) “todos os problemas históricos vivenciados pela região a partir do ciclo econômico do ouro serviram como elemento para reforçar a ideia da criação do estado do Tocantins”.

Depois de décadas de luta, a criação do Tocantins se tornou uma realidade. A partir da abertura política do país, após a ditadura militar, foi possível concretizar uma luta antiga dos moradores da região norte do centro do país. O Tocantins nasceu com 79 municípios, com a promulgação da Constituição do Estado, em outubro de 1989, expandiu o número de municípios criando mais outros 44, atualmente o estado tem 139 municípios. Rodrigues (2012, p. 132) acrescenta o estado do Tocantins conta com “pouco mais de 1,380 milhão de pessoas”.

A primeira eleição direta no Tocantins aconteceu em 15 de novembro de 1988 (CAVALCANTE, 2003). As primeiras eleições ocorridas no estado do Tocantins em 1988, segundo documentos do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) de Goiás, as mulheres foram minoria como candidatas e não teve nenhuma mulher eleita nesse processo, todos os candidatos eleitos para

os cargos de governador, deputados federais, deputados estaduais e senadores foram homens, ou seja, um governo composto eminentemente por homens para a primeira gestão de um estado novo como o Tocantins.

Sobre essa escassa participação política da mulher na política, Miguel (2014, p.17) esclarece que, “em cada uma destas esferas - educação, política, lar e trabalho- foram obtidos avanços, decerto, mas permaneceram em ação mecanismos que produzem desigualdades que sempre operam para a desvantagem das mulheres”. A escassa presença de mulheres em processos eleitorais e cargos eletivos são confirmados por Biroli (2018),

A baixa presença e mesmo ausência, em muitos casos, das mulheres em cargos eletivos e de primeiro escalão, no âmbito estadual, não significa que não atuem politicamente, mas, sim, que essa atuação é dificultada e, quando existente, ocorre em ambiente historicamente masculino, em que predominam brancos e proprietários (BIROLI, 2018, p. 175).

As mulheres foram iniciando sua participação política no processo eleitoral do Tocantins de forma gradual e tímida, em 1994 segundo dados do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), o cargo de deputado estadual contou com 138 candidatos, 8 eram mulheres e nenhuma foi eleita; para o cargo de deputado federal, houve 32 candidatos, 2 eram mulheres e 1 foi eleita; e para o cargo de governador e senadores os candidatos foram todos homens.

No ano de 1998, no pleito eleitoral, o número de mulheres candidatas aumentou, não de forma expressiva, mas gradual em termos de representatividade das mulheres nesse processo. Nesse ano, para o cargo de deputado estadual, o Tocantins contou com 191 candidatos, 40 eram mulheres e 2 foram eleitas; para deputado federal o Tocantins teve 44 candidatos, 13 eram mulheres e nenhuma eleita; para governador 03 candidatos, e 01 mulher candidata a vice-governadora; para senador foram 03 candidatos, 01 era mulher.

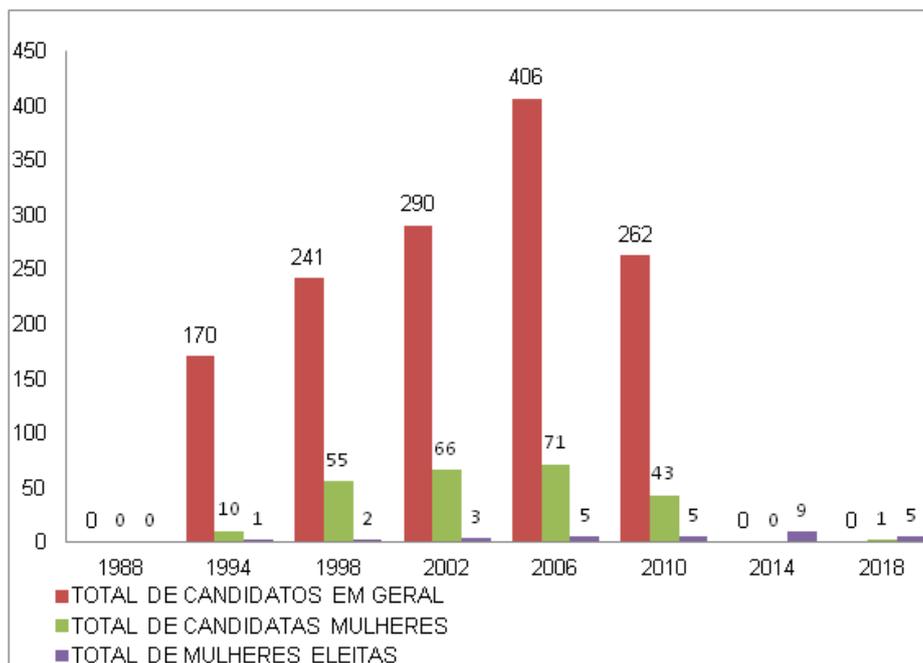
Ainda segundo dados do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) – TO, nas eleições de 2002 no Tocantins, para o cargo de deputado estadual concorreram 224 pessoas, 55 eram mulheres e destas 02 foram eleitas; para o cargo de deputado federal concorreram 60 candidatos, 10 eram mulheres, e 01 foi eleita; para cargos de governador todos os candidatos eram homens, para o cargo de senador concorreram 06 pessoas, 01 era mulher e não foi eleita.

No ano de 2006, o estado contou com 320 candidatos a deputado estadual, desses, 58 eram mulheres e 03 se elegeram deputadas estaduais; para o cargo de deputado federal averiguou-se 74 candidatos, 10 eram mulheres e 01 foi eleita para deputada federal; para o cargo de governador as 05 pessoas que se candidataram eram homens, e 02 mulheres foram candidatas a vice-governadora; para o cargo de senador, o estado contou com 07 candidatos, 01 era mulher e foi eleita senadora da república.

De acordo com o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) – TO, em 2010, para o cargo de deputado estadual, o pleito eleitoral contou com 216 candidatos, desses, 32 eram mulheres e 4 foram eleitas; para o cargo de deputado federal candidataram-se 41 pessoas, 10 eram mulheres e 01 foi eleita; para o cargo de governador os 02 candidatos eram homens, sendo 01 mulher candidata a vice-governadora; para o cargo de senador 03 candidatos e todos eram homens.

Nas eleições de 2014, os dados acessados sobre as eleições no Tocantins indicaram que apenas os números de candidatos eleitos, não sendo possível verificar a quantidade de mulheres candidatas, somente as eleitas. Foram eleitas 04 deputadas federais; 03 deputadas estaduais; 01 senadora e 01 vice-governadora. Já em 2018, à semelhança de 2014, os dados do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) – TO permitiram averiguar apenas os candidatos eleitos, e os números revelam que 03 mulheres foram eleitas para o cargo de deputadas estaduais; 02 deputadas federais; 01 candidata a governadora, neste ano mulher foi eleita. Vale informar que neste ano não houve mulheres candidatas ao senado. A seguir, um gráfico que possibilita visualizar a evolução da participação das mulheres no processo eleitoral do estado.

Gráfico 1. Mulheres na política do Tocantins nos anos eleitorais



Fonte: Elaboração própria com dados do Tribunal Regional Eleitoral (TRE)

É possível constatar que o número de mulheres que entraram na política e postularam cargos públicos tem crescido consideravelmente com o passar dos anos, porém a representatividade nos espaços de poder do legislativo e do executivo ainda é pequena comparado aos candidatos homens que se elegem nos pleitos eleitorais. Conforme Biroli (2018),

a política é *atualizada* como espaço masculino. A história do espaço público e das instituições políticas modernas é a história da acomodação do ideal de universalidade à exclusão e à marginalização das mulheres e dos outros grupos sociais subalternos (BIROLE, 2018, p.172)

Diante da perspectiva desse ideal de exclusão e marginalização das mulheres na política, os dados referentes às mulheres candidatas e eleitas no estado do Tocantins, entende-se que o espaço da política tocantinense também conserva esses aspectos de política atualizada como espaço masculino. Frente a isso, faz-se extremamente necessário registrar a voz das mulheres que participaram desse processo, como uma forma de compreender como as questões de gênero se configuram no universo da política tocantinense.

A igualdade de representação, participação e atuação igualitária na política entre homens e mulheres reflete um equilíbrio extremamente importante para as questões de gênero, pois estabelece oportunidades para ambos os sexos e impacta diretamente nas questões sociais e econômicas das sociedades locais, bem como resulta em políticas específicas que atendam as necessidades das mulheres. As mulheres mesmo sendo a maioria dos eleitores brasileiros, ainda são minoria nos processos de candidatura e de ocupantes nas vagas legislativas e executivas do estado, de acordo Miranda *et al.* (2018, p. 2) em 2016 “no Tocantins, o percentual de eleitoras é de 50,03%. Entretanto, apenas 31% dos postulantes a votos para o exercício de cargo público nas câmaras municipais foi do gênero feminino”.

Ao que foi possível observar, os partidos políticos preencher as contas com o percentual mínimo que é determinado na Lei das Eleições nº 9.504/1997. Após reformulação em 2009, o artigo 10 traz que cada partido ou coligação deve preencher o mínimo de 30% e o máximo de 70% de candidaturas do mesmo sexo, de acordo Miranda *et al.* (2018) no Tocantins os partidos preencheram em 2016, apenas 30% do que estipula essa lei com candidatas do sexo feminino

para vereadoras, sobre este aspecto Miranda (2019) descreve que:

Se as mulheres são a maioria do eleitorado com mais de 52%, conforme os dados estatísticos; se a legislação, há mais de oito décadas, permite que elas possam participar do processo eleitoral brasileiro, seja votando ou sendo votadas; se, há mais de duas décadas, foram instituídas as primeiras ações afirmativas para promover uma maior inclusão feminina na política; qual a razão de ainda não se ter um quadro parlamentar mais equânime em termos de representatividade levando em conta o critério sexo? (MIRANDA, 2019, p. 4).

Essas inquietações sobre os aspectos que contribuem para que as mulheres ainda tenha pouca participação no universo político, mesmo depois de 86 anos da conquista do direito ao voto, nos faz refletir o sobre o que provoca essa disparidade, segundo Bourdie (2011), é sabido que da forma em que se instaura a divisão sexual do trabalho entre mulheres e homens, as mulheres tem menor inclinação para as questões políticas do que os homens, os mecanismos institucionais que imputaram culturalmente restrições legais direcionados às mulheres, talvez seja a melhor explicação para responder à tímida representatividade da mulher nesse espaço de poder que é a política.

Apesar dos avanços, mudanças e conquistas de direitos a liberdade que as mulheres conquistaram, ainda prevalece muito do processo de dominação e das desigualdades de gênero, e esse fato pode ser constatado com os números de participação feminina pesquisados na política do Estado do Tocantins, que mesmo sendo um estado novo, que tem 31 anos de existência não apresenta um cenário de igualdade no contexto político, ao contrário, reprisa a naturalização da cultura que privilegia o masculino nos espaços de poder.

Rago (2018, p. 603) esclarece que, “o espaço público moderno foi definido como esfera essencialmente masculina, do qual as mulheres participavam apenas como coadjuvantes”. Assim, mesmo que o estado brasileiro tenha promulgado as políticas afirmativas que incentivem e garantam a participação das mulheres nos espaços políticos, contata-se que a política de cotas ainda não é suficiente para mudança radical no cenário político. Miranda (2019) sobre isso afirma:

A lei que garante a constitucionalmente a participação da mulher na política nacional não é suficiente. Para que seja realmente garantido à igualdade entre os gêneros, é preciso que haja uma mudança de paradigma e a adoção efetiva de ações afirmativas de inserção e incentivo da mulher na política, somente assim haverá a plena efetividade de igualdade de direito nas relações de gênero. A política de cotas constitui-se como uma ação afirmativa de igualdade para o aumento da participação das mulheres no poder, mas não é somente por meio dessa política que teremos plena igualdade entre homens e mulheres (MIRANDA, 2019. p. 5).

Assim como no contexto apresentado pela autora, no Tocantins os dados sobre a participação feminina na política revelam que as políticas afirmativas também não são capazes de garantir uma paridade igualitária. Como já evidenciado a metodologia adotada para expor a participação, as vivências, os desafios e a percepção sobre igualdade de gênero na visão de mulheres foi a história oral. Parente (2007, p. 8) sustenta que, “através da história oral das mulheres, é possível perceber a pluralidade das estruturas de gênero entre classes sociais, grupos étnicos, ocupações, religiões, regiões ou nações”. Dessa maneira, a história oral é um método que permite desvelar a história das desigualdades de gênero, dos conflitos nas estruturas de gênero, possibilitando legitimar as vozes das mulheres frente as complexas estruturas sociais.

O processo político do Tocantins compreende estruturas de gênero que se configuram de forma: plural, complexo e desigual, visto que não existe participação igualitária entre os sexos. Mulheres que participaram do processo político no Tocantins têm em suas narrativas as marcas do enfrentamento do cenário ainda desigual. Recordando suas memórias de participação política, fica evidente que esse cenário é masculino, e mesmo que a vida política tenha sido iniciada há mais de uma década, a luta por igualdade, respeito, equidade e apoio partidário é cotidiana e permanente.

As mulheres que participaram do processo político¹ do estado apresentaram os motivos de seu ingresso na política, ficaram evidenciadas que essas mulheres entram na política muito jovem, algumas vieram do movimento sindicalista, do movimento de mulheres, do movimento estudantil e de famílias que já estão na política. Do movimento sindicalista, apresenta-se a seguinte narrativa de história oral

Pois é, tive uma formação dentro da pastoral da juventude. [...] Em Goiânia passei pelo sindicato, fui sindicalista, fui do movimento estudantil. [...] Eu acredito realmente naquilo que as pessoas me falavam, que nós temos ética, que temos uma formação diferenciada, que participamos das políticas públicas, dos conselhos, que conhecemos a cidade através dessas políticas públicas que a gente defende e estuda. Nós precisamos entrar na política, melhorar a política e nós vivemos aí no país que é a cada onze minutos uma mulher é violentada, então quais as políticas públicas que existem para essas mulheres? Então as mulheres precisam avançar na política”.²

A narrativa oral acima pode ser entendida, seguindo a concepção de Verena Alberti, como um “resíduo de ação”, pois “[...] é, ao mesmo tempo, um relato de ações passadas e um resíduo de ações desencadeadas na própria entrevista” (2004, p. 34). Quando a narrativa de história oral de mulheres que ingressaram na política por influência da família, tem-se.

“Então, desde que me entendo por gente, eu sempre fui louca com política. Eu venho de uma família política, que inclusive algumas pessoas criticam o fato de você ser de uma família política. [...] Sou filha de político sim, com muito orgulho. [...] A política é o canal para você melhorar a vida das pessoas. Mas como em toda profissão, as pessoas têm que fazer valer a profissão, isso acontece em todo lugar [...] Eu defendo muito que o que muda a sociedade é a educação de base [...] A educação de base transforma uma sociedade e o Brasil vai ser um país melhor quando as pessoas entenderem isso.”³

A relação entre a entrevistadora e a entrevistada pressupõe uma organização previa das lembranças, ambas elaboram um plano que resultará no testemunho obtido, enquanto a entrevistadora elabora se apresenta interessada pela trajetória da entrevista, esta por sua vez organiza a memória para construir a narrativa, todavia Santos (2019, p. 176) chama a atenção para um aspecto importante da memória “exercícios de memória não constituem um ato restauração do passado, mas uma reconstrução deste tempo que se realiza no presente”, a este respeito Janotti (2010) alerta que o conteúdo e a forma da linguagem, pode conter determinadas finalidades ocultas ou evidentes, no caso da que a depoente julgue como sendo a forma de

1 Participaram como candidatas a deputadas estaduais, deputada federal e a governadora.

2 Narrativa oral da candidata a vereadora, a deputada estadual, a deputada federal, atualmente pré-candidata a vereadora em Palmas- Tocantins. Entrevista realizada dia 15 de fevereiro de 2020.

3 Narrativa oral da deputada estadual eleita no Tocantins. Entrevista realizada dia 19 de fevereiro de 2020.

tornar o seu testemunho verdadeiro, mesmo que deliberadamente mascare o vivido.

Eu ingressei na política com vinte e seis anos. [...] Nós ajudamos a fundar uma associação de mulheres, existia um grupo muito pequeno do PT no lugar que precisava ser fortalecido e algumas mulheres da associação. [...] a gente fundou a Associação Carolina de Jesus que foi uma favelada negra e tal, aí homenageamos ela, então entrei para o PT em 1987, o PT tinha nove anos de criação hoje já está tendo quase quarenta né. E foi com isso como parte do meu engajamento na luta comunitária com mulheres de periferia, naquele tempo para mulheres empobrecidas. Sempre foi com a preocupação com as mulheres desde o dia que eu entrei no partido, não tinha nenhuma pretensão eleitoral nenhuma, a não ser fazer formação política, porque a gente trabalha em favela, as favelas geralmente eram núcleos dentro da cidade. [...] Ajudar as mulheres se auto-organizar, e ver o crescimento das mulheres na política, então foi assim que eu entrei na política.⁴

A participação em movimentos de mulheres fica evidenciada na narrativa de história oral, todavia o fato do discurso ter sido forjado no contexto de luta, não significa que o fato de ser mulher, de pertencer a um espaço de mulheres, defendam as necessidades específicas das mulheres, como pressupõe o movimento feminista, “Testemunhar não é apenas dizer o que viu ou ouviu, mas é também a construção de um discurso sobre o factual” (JANOTTI, 2010, p. 14).

Assim, fica evidente que essas mulheres entraram na política por caminhos diferentes e com intuítos variados, e apresentam em suas narrativas preocupações sociais e vontade de propor mudanças positivas na sociedade, em suas narrativas as propostas que reforçaram sua entrada para o universo político estão associadas a: melhorias na vida das pessoas, provocar a organização política de mulheres, atuar para que as mulheres tenham políticas específicas de proteção, fortalecer grupos e comunidades de mulheres em situação de vulnerabilidade, o destaque para a valoração da questão ética, e ainda defesa da educação de base.

É possível constatar que existem dois caminhos para o ingresso dessas mulheres na vida política, partem do movimento de militância e do capital familiar, segundo Miguel e Grossi (2001) a maioria dos estudos permite entender que a entrada das mulheres na disputa política se dá basicamente por dois grandes canais: o envolvimento em sindicatos, organizações de bairros e movimentos sociais, entre outros e as relações familiares, por meio do parentesco com pais de maridos das mulheres que entram para a política. No Tocantins para as mulheres entrevistadas a realidade de uma participação política se estabeleceu por esses caminhos retratados pelas autoras.

Outra constatação que é importante ressaltar, é que as mulheres antes de entrar para a carreira política partidária atuam em ações políticas relacionadas aos movimentos sociais, Biroli (2018, p. 176) afirma, “[...] falar de mulheres e política no Brasil não é fazer o relato de uma ausência. As mulheres têm atuado em partidos, sindicatos e movimentos ao longo da história e em diferentes contextos nacionais”.

As narrativas orais e revelam que a construção das carreiras políticas de mulheres se forja na luta feminista e na participação militante em defesa dos direitos das mulheres. Também foi constatado que no Tocantins existem mulheres que estão na vida política por meio da possibilidade do capital familiar. Segundo Miguel *et al.* (2015) em todas as atividades profissionais as questões familiares influenciam as escolhas, e com a política isso não é diferente, a carreira política de alguns familiares, faz com que as pessoas que convivam com aquele universo se interessem pela mesma opção profissional.

4 Narrativa oral da entrevistada que já foi candidata a vereadora e candidata a governadora no Tocantins. Entrevista concedida em 19 de fevereiro.

Essa realidade que se configura na trajetória de vida das mulheres políticas no Tocantins, coaduna com pesquisa apresentada por Miguel *et al.* (2015) em que foram identificadas as seguintes fontes de capital político para os deputados e deputadas federais eleitos de 2002 a 2015: capital econômico, capital midiático, direção de sindicatos e federações de trabalhadores, vinculação com religião organizada, capital político do próprio campo, capital familiar.

É possível identificar algumas dessas fontes de capital político como ponto de partida para o início da carreira das mulheres que fizeram parte desta investigação são elas: a religião organizada, vinculada a sindicatos, vinculada a capital familiar, e vinculada a líder de movimento. Já nas intenções, bandeiras de luta e militância, das participações políticas dessas candidatas, ficaram evidenciadas: preocupações com o outro, com as questões éticas, com as vulnerabilidades que acometem a sociedade, preocupações com o bem estar das pessoas e mais especificamente preocupações voltadas à proteção dos direitos das mulheres.

Miguel (2014) discute que o “pensamento maternal” e a política do desvelo faz com que as mulheres agreguem um contributo especial à esfera pública, por sua intimidade com a questão do cuidado pelo outro e de zelar pelos filhos, essas características fazem com que a presença feminina no universo político de poder possa suavizar esse ambiente de caráter agressivo.

as mulheres trariam para a política uma valorização da solidariedade e da compaixão, além da busca genuína pela paz; áreas hoje desprezadas nos embates políticos, como amparo social, saúde, educação ou meio ambiente, ganhariam atenção renovada. A presença feminina possibilitaria a superação da “política de interesses”, egoísta e masculina (MIGUEL, 2014, p. 69).

Dessa maneira, são valorosas as características culturais que as mulheres têm a capacidade de arregimentar nos espaços de poder da política. Nesse estudo, para além das características do cuidado e da sensibilidade com a causa da mulher que as entrevistadas demonstraram ter, foi possível também entender por meio das vivências expressas nas narrativas orais, sobre a questão da igualdade de gênero na política tocantinense, e que ficou claro, foi que a dicotomia entre o público e o privado ainda é um desafio a ser superado pelas mulheres políticas nesse estado.

No pensamento universalizante a mulher é considerada um sexo frágil, suas atividades devem estar relacionadas o cuidado da casa e a maternidade. As desigualdades entre os sexos designou que o âmbito privado era o espaço feminino e o âmbito público era espaço masculino, de acordo com Okin (2008) a dicotomia entre o público e o privado prejudica as mulheres, são essas esferas que permeiam as relações sociais e por isto não podem ser analisadas separadamente.

No pensamento dessa autora desconsiderar essa interlocução entre público e privado é reforçar as práticas patriarcais que tem sérias consequências para as mulheres em todos os âmbitos, sendo evidenciadas nas relações sociais e nas relações de trabalho, uma vez que, pelas construções sociais e culturais os homens devem ocupar a esfera pública, e as mulheres a esfera privada.

Essa dicotomia entre público e privado reflete a naturalização da dominação do masculino no espaço da política, as mulheres tiveram esses direitos tolhidos por décadas em quase todas as sociedades, e as principais responsáveis por mudanças nesse espaço de poder e em outros tantos considerados públicos, foram às mulheres, por meio de suas lutas reivindicatórias, em primeiro momento pelo sufrágio, e após, com o construto do movimento feminista que problematiza, discute e alardeia as questões do patriarcado pelo prisma da teoria de gênero.

Para Soietz (2016, p. 234) as militantes dos movimentos de mulheres, até meados do século XX lutaram por aquilo que acreditavam contribuindo para atenuar as desigualdades entre homens e mulheres. Sob essa perspectiva as conquistas feministas fizeram com que o fosso abissal que distanciava as mulheres da cidadania plena foi consideravelmente reduzido. Porém apesar dos avanços, a desigualdade entre homens e mulheres em diversas áreas é ainda

uma realidade muito presente em quase todas as sociedades. No Tocantins essa realidade não é diferente, isso se configura na desigual participação de homens e mulheres na política, e as entrevistadas descortinam essa questão na política Tocantinense.

Pois é, a gente fala na comunidade de estudar gênero já existe um preconceito, porque acha que gênero é coisa de mulher feminista, e mulher feminista é coisa de mulher que tira o sutiã para poder protestar, existe um preconceito muito grande contra o feminismo, não entendem que o feminismo é um movimento libertador. [...] Aliás, aqui em Palmas é uma cidade que um tempo aí foi proibido discutir gênero na escola. Então como você vai fortalecer as mulheres na política se a questão de gênero não é conversada com as mulheres, muito menos com os homens né, porque isso tem que ser conversado com mulheres e homens também”.⁵

Sobre a narrativa de história oral acima, Joana Pedro (2011) traz contribuições importantes, para a autora a incorporação de análises das diferenças de gênero representa um impacto nos “acontecimentos sobre homens e mulheres, a forma como a fonte é constituída, os dados que podem ser coletados e a maneira como se vai criticar a fonte” é o que torna a história oral importante, pensar as questões de gênero, não apenas como questões de mulheres, mas como uma dominação de gênero que permeia as relações, como sinaliza a narrativa de história oral a seguir:

Na realidade não existe igualdade de gênero na política, existe diferença sim no tratamento com homes e mulheres. A participação da mulher na política é muito tímida. [...] Presidi a casa de leis, fui a primeira mulher a presidir a Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins em 30 anos de Tocantins não foi fácil. Foi assim uma missão desafiadora, mas eu ouvi colegas deputados dizerem que a gestão era boa, mas que era difícil ser gerida por mulher.⁶

Na narrativa ficou evidenciado que as cotas destinadas às mulheres como forma de democratizar a participação delas em cargos políticos, na prática da gestão é negada, este aspecto, presentes no testemunho oral constitui como um recurso potencial as discussões sobre igualdade de gênero nas políticas, mas isto só é possível, de acordo com Portelli (1997) quando o testemunho oral é chamado a existência em registros feitos pela pesquisadora.

A igualdade é uma coisa que a gente deve lutar por ela na política, até de forma a mais do que se luta por outras igualdades! Porque se ficou patente em política, que não é coisa para mulheres, é coisa para homens. Então na cultura da política está praticamente imbuída que é coisa para homens, na cultura da política ... isso é coisa para homem. [...] Então, acho que trabalhar igualdade de gênero na política, é trabalhar que política é para todos, e cidadania e política está intimamente ligado. ⁷

5 Narrativa da candidata a vereadora, a deputada estadual, a deputada federal, atualmente pré-candidata a vereadora em Palmas- Tocantins.

6 Narrativa da deputada estadual eleita no Tocantins.

7 Narrativa da entrevistada que já foi candidata à vereadora e candidata a governadora no Tocantins.

Esta narrativa de história oral pode ser analisada a partir das reflexões de Scott (1994, p. 12) quando discute sobre o significado das relações entre homens e mulheres “seus usos e significados nascem de uma disputa política e são os meios pelos quais as relações de poder – de dominação e de subordinação – são construídas”.

Fica evidente que as mulheres que atuam no processo político do Tocantins entendem que esse é um processo calcificado no patriarcado, é possível identificar a dificuldade que elas têm em discutir questões de gênero na sociedade, a discriminação sofrida quando se fala em feminismo, o preconceito que as mulheres sofrem no ambiente político, e como a agenda política interfere impedindo a discussão de gênero em ambientes e instituições geridos pelo governo.

Interessante observar nas narrativas de história oral a importância da discussão de gênero e do feminismo, como forma de incentivar e fortalecer as mulheres para que participem da política. Biroli e Miguel (2014, p.7) dizem: a teoria política feminina é uma corrente profundamente plural e diversificada, que investiga a organização social tendo como ponto de partida as desigualdades de gênero. Assim o rompimento com as práticas tradicionais que acentuam a ausência das mulheres no espaço político, perpassa as contribuições da teoria de gênero e do feminismo como forma de dialogar, fortalecer e esclarecer as mulheres e os homens para o exercício da cidadania plena e igualitária entre os sexos.

Outro assunto importante evidenciado nas narrativas de história oral é sobre a política de cotas, essas políticas afirmativas existem em virtude do preconceito e dificuldades que as mulheres enfrentam para construir uma carreira política. Conforme Grossi e Miguel (2001), na perspectiva de mulheres que têm carreira política, há opiniões divergentes, as afirmativas e as contrárias sobre as cotas, para algumas, as cotas propiciam mais oportunidades para mulheres na política, para outras, as cotas não tem o efeito desejado e mesmo com essa política afirmativa, o número de mulheres na política não é ampliado. Esses mesmos autores acrescentam que:

Entre as explicações para esta ineficácia, foram invocadas duas questões: a resistência dos partidos e a dita “questão cultural”, com a internalização, pelas próprias mulheres, de que o mundo político não seria o lugar delas. Entre as questões culturais levantadas como “culturais”, falou-se muito medo masculino de que as mulheres passem a ocupar seus espaços e/ou “mandar neles” (GROSSI; MIGUEL, 2001, p. 176).

O que foi exposto pelos autores, coaduna com as narrativas de história oral quando expõe as dificuldades com o preconceito enfrentado nos espaços de poder na política tocantinense, em que tiveram que enfrentar comentários tipicamente machistas proferidos às mulheres que ousaram ocupar cargos de alto escalão. Para estabelecer uma carreira política e uma contínua participação em uma esfera tão incorporada por comportamentos tradicionais, que precisam ser modificados e superados de forma radical, fica evidenciado que as mulheres precisam desafiar a cultura patriarcal e enfrentar os desafios a fim de quebrar as barreiras da dominação masculina que permeia a política. Como dificuldades e desafios enfrentados pelas mulheres, as narrativas de história oral revelam que:

Meu principal desafio é a questão da desigualdade principalmente a desigualdade econômica das mulheres. [...] Porque não estudou, porque ela não tem um trabalho, não tem profissão. [...] Então hoje as mulheres, elas são violentadas por questões econômicas. [...] Então também na política a questão econômica é um fator que atrapalha muito as mulheres. A compra do voto é muito grande, então por isso os homens avançam, porque o poder econômico dos homens é maior, e o poder econômico das mulheres são menores e as mulheres ainda têm outro fator que ela cria os filhos e cuida da casa. O tempo dela fazer política é muito menor que do

homem. Enquanto o homem tem o tempo livre, pois, não têm todas essas obrigações domésticas da tripla jornada que a mulher tem. Então o tempo dela é menor e o recurso dela é menor, então pra mim o dificulta é essa questão financeira”⁸.

As narrativas de história oral discorrem sobre a desvantagem da mulher em relação aos homens no jogo político, as relações de poder estabelecidas nos partidos, ressaltam que dividem seu tempo entre as obrigações maternas e a vida política, associam suas dificuldades à questão financeira, verbalizam a exigência dos altos custos financeiros próprio da política contemporânea, e ressaltam a cultura popular da barganha do voto.

Para Grossi e Miguel (2001) dentre as dificuldades que precisam ser enfrentadas pelas mulheres para uma participação mais abrangente na política, faz alusão a falta de apoio financeiro e de recursos materiais para as campanhas, isso afeta suas intenções e as deixam em desvantagem em relação aos homens.

O principal desafio sendo uma mulher... Nossa são muitos desafios, porque a política ela é um ambiente muito masculino, e a sociedade que a gente vive é muito machista! Então assim, ser mãe e ser política é um desafio, porque o homem quando ele está na política, ele sai de casa e deixa a mulher cuidando dos filhos, e eu como sou a mulher na política, então tenho que me desdobrar eu tenho que ter qualidade na educação dos meus filhos, qualidade na convivência deles, exercer meu papel de mãe, às vezes precisa... estou em um trabalho tenho que levar o filho no médico, é assim ... enfrentar o preconceito que há, eu recebo o apoio de muitas mulheres, às vezes a gente é discriminada até mesmo pelas própria mulheres, quando a gente fala de machismo, não quer dizer que o machismo é só masculino, existem mulheres machistas.⁹

As desigualdades de gênero que geram tensões na vida política dessas mulheres nos fazem acreditar que a dicotomia entre o âmbito público e privado ainda é uma realidade muito presente na política do século XXI, o recato e a imagem de uma mulher aos moldes dos padrões morais da igreja e da cultura machista continuam valorizado, e a bandeira do feminismo ainda faz com que candidatas que militam por políticas específicas para mulheres sejam discriminadas.

Então essa cultura de que para entrar para a política, tem que ser rico, tem que ter dinheiro, tem que ser bem-sucedido e tem que estar barganhando as coisas com as pessoas. [...] No partido já disseram: não se você for trazer a bandeira do feminismo... não representa todos nós, porque isso divide, porque isso não aglutina, e eu queria dizer que o feminismo não divide, que não diminui, que ele amplia, que aglutina. [...] Fiz uma campanha com recorte feminista. [...] eu coloquei todo lado feminista dentro, tive que enfrentar os debates, lógico, questões sobre o aborto, questões sobre organização de mulheres. [...] Eu fiquei de fora de muitas entrevistas também, por causa disso, os homens iam para os debates e eu não... como um que a igreja organizou só para candidatos homens¹⁰.

8 Narrativa da entrevistada que já foi candidata a vereadora, a deputada estadual, a deputada federal, atualmente pré-candidata a vereadora em Palmas- Tocantins.

9 Narrativa da entrevistada deputada estadual eleita no Tocantins.

10 Narrativa da entrevistada que já foi candidata a vereadora e candidata a governadora no Tocantins.

Interessante destacar alguns aspectos que permeiam a vida política da entrevistada, na narrativa de história oral ficou evidenciada a aversão dos partidos e da igreja à bandeira feminista, bem como o debate de temas voltados às necessidades das mulheres, elementos que são desafiadores na vivência política desta mulher. Acerca dessas questões, Biroli (2018) esclarece:

A configuração das fronteiras entre esfera pública e esfera privada implica lugares distintos para homens e mulheres. Não quero, com isso, afirmar que todos os homens e todas as mulheres são posicionados de maneira idêntica, mas que, para a participação das mulheres na esfera pública, impõem-se filtros que estão vinculados às responsabilidades a elas atribuídas na esfera privada e à construção de sentidos no feminino que ainda guardam relação com a noção de domesticidade (BIROLI, 2014, p. 11).

Dessa forma, foi possível relacionar os esclarecimentos da autora com as narrativas de história oral apresentadas neste estudo. Entende-se que o modelo de mulher feminina, boa mãe, recatada, que deve se ater ao âmbito da esfera privada e às atividades doméstica é também estimulado no espaço político, e, se a mulher desafia esse modelo cultural e expande seus interesses para aos limites exteriores ao doméstico e se embrenham no espaço da política, enfrentam discriminação e o machismo, tanto de homens como das próprias mulheres.

É possível perceber que é preciso uma postura de enfrentamento e resistência para propor políticas de emancipação, fim da violência, redução das desigualdades de gênero e temas mais polêmicos como o direito ao aborto, são temas que ainda não têm o respaldo da sociedade para serem discutidos e revistos, os partidos não querem se expor a esses temas, acreditam que vincular suas temáticas de proposição às necessidades específicas das mulheres, e defesa das minorias, pode prejudicar a imagem do partido, e no Tocantins, mesmo os partidos de esquerda com bandeiras de lutas mais revolucionárias, questionam e toham suas candidatas e não querem uma militância feminista mais enfática. Assim, percebe-se que a sociedade ainda estabelece suas escolhas políticas a partir de modelos de imagem mais feminizadas.

Algumas Considerações

O cenário da política tocantinense apresentado nesse estudo, mesmo o Tocantins sendo um estado novo com 30 de sua criação, aponta para um posicionamento político arcaico e discriminatório em relação à participação política da mulher. Os depoimentos mostram como esse universo da política continua tradicionalmente masculino, e a imensa dificuldade que as mulheres enfrentam por optar por uma participação livre, defendendo o que acreditam, e que ainda são inúmeros os problemas e barreiras enfrentados pelas mulheres. Fica evidenciado que as mulheres, mesmo tendo se inserido na política por caminhos diferentes, em partidos diferentes, e com bandeiras de lutas diferentes, tem nos problemas elencados muitas similitudes, os mais significativos relacionados ao preconceito, machismo e escassez de recursos financeiros.

É inegável que a desigualdade entre homens e mulheres se estabelece nessa política, e a participação plena e paritária da mulher não ocorre de maneira satisfatória, isso é facilmente reconhecido nos dados numéricos que foram compilados, onde se constata a tímida e gradual participação da mulher nos pleitos eleitorais e ainda mais visivelmente enfatizado no reduzido número de mulheres que são eleitas em cada ano.

A carreira política no Tocantins ainda requer da mulher uma imagem e comportamentos arraigados na cultura do patriarcado, na medida em que, questões que ainda representam tabus devem ser evitadas para não provocar rejeição dos eleitores. Para que esse cenário se transforme, ainda devem ser estruturadas mudanças entre elas: nos partidos, nos prismas so-

bre os aspectos culturais que associam as mulheres às funções domésticas, nos comportamentos da sociedade e na forma de fazer política para que as mulheres tocantinenses alcancem a tão almejada efetividade na igualdade política entre homens e mulheres. Esse fato nos dá a certeza de que discutir essa temática é também um caminho viável para provocar reflexões no que tange a participação das mulheres na política, e provoque uma cobrança em relação a uma inserção mais inclusiva, igualitária e justa das mulheres nesse importante processo.

As análises das narrativas propiciaram responder a questão central que permeou o objeto e inquietação desse estudo, se o processo político permite a participação plena das mulheres a cargos no executivo e legislativo, investigando esse processo no período de 1988 até 2018. Dessa forma, cumpre enfatizar que a igualdade de gênero não se configura na realidade da política estadual, esse processo ainda se estrutura de forma desigual, alicerçado em um ambiente extremamente masculinizado e impacta negativamente no alargamento da participação política da mulher no Tocantins.

Referências

ALBERTI, Verena. O que documenta a fonte oral: a ação da memória. In: **Ouvir contar: textos em história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, P. 33-43.

BIROLI, Flávia. **Gênero e Desigualdades: os limites da democracia no Brasil**. 1ª edição. São Paulo: Boitempo, 2018.

BOURDIE, Pierre. **O campo político**. Revista Brasileira de Ciência Política, UnB, Brasília, nº5, 2011.

CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo Rosa. **O discurso autonomista do Tocantins**. Goiânia: Ed. Da UCG, 2003.

CORTÊS, Iáris Ramalho. **A trilha legislativa da mulher**. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). Nova História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2016. p. 260-285.

GROSSI, Mirian Pillar; MIGUEL, Sônia Malheiros. **Transformando a Diferença: as mulheres na Política**. Estudos Feministas, Florianópolis: CFH/CCE/UFSC, v.9, n.1, p.167-206,2001.

JANOTTI, Maria de Ludes Monaco. **A incorporação do testemunho oral na escrita historiográfica: empecilhos e debates**. Revista de história oral, v. 13, n. 1, p. 9-22, jan-jun, 2010.

MIGUEL, Luís Felipe. BIROLI, Flávia. **Feminismo e Política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014.

_____; MARQUES, Danusa; MACHADO, Carlos. Capital Familiar e **Carreira Política no Brasil: Gênero, Partido e Região nas Trajetórias para a Câmara dos Deputados**. DADOS- Revista de Ciências Sociais, Uerj, Rio de Janeiro, v. 58, nº03, 2015.

MIRANDA, Cynthia Mara; RODRIGUES, Paulo Cezar; CARVALHO, Renilson Cruz. **Comunicação, Política e Gênero: análise do enquadramento jornalístico do discurso da primeira vice-governadora do Estado do Tocantins**. In: Revista Observatório, Palmas, v. 4, nº 6, p. 411-441, 2018.

MIRANDA, Mariana Araujo. **Participação das mulheres na Política: à busca pela concretização da igualdade de gêneros como instrumento da efetivação da democracia**. Revista âmbito jurídico. nº 190- Ano XXII, novembro, 2019.

OKIN, Susan Moller. **Gênero, o público e o privado**. Revista dos estudos feministas, Florianópolis, 16(2): 440, maio-ago. 2008.

PARENTE, Temis Gomes. **Sentimentos e Ressentimentos de Eva uma mulher de vida livre. História e Sensibilidade.** Marina Haizenreder Ertzogue; Temis Parente Gomes et alii. Brasília: Paralelo 15, 2006.

PEDRO, Joana. **Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica.** História, 24(1). São Paulo, 2005, p.77-98.

_____. **Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea.** Topoi, v. 12, n. 22, jan-jun, 2011, p. 270-283.

PORTELLI, Alessandro. **O que faz a história oral diferente.** In: Projeto História. São Paulo, 1997.

RAGO, Margareth. **Trabalho feminino e sexualidade.** In: DEL PRIORE, Mary (Org.). História das mulheres no Brasil. Coordenação de textos de Carla Bassanesi. 10^o ed. São Paulo: Contexto, 2018. p.578- 606.

RODRIGUES, Jean Carlos. **“O tocantinense não é goiano”: a identidade regional e a criação do estado do Tocantins.** In: Espaço & Geografia: Palmas, Vol.15, N. 2, p.475-490, 2012.

SANTOS. Raimundo Nonato Lima. **Espaços culturais de Teresina -PI: cotidiano, memórias e sociabilidades (década de 1980 e 1990).** Revista de História Oral, v. 22, n2, p. 166-190, jun-dez. 2019.

SCOTT. Joan Wallach. **Prefácio a Gender and politics of history.** Cadernos Pagu. 1994. p. 11-27.

STORNILO. Liliane Scarpin da Silva. **Tocante Tocantins: o discurso dos compositores e a criação da identidade regional.** 2020. 167 f. Tese (Doutorado Dinter em artes). Universidade Estadual Paulista. São Paulo. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/191376>. Acesso em: 14 fev. 2020.

SOIHET, Raquel. **A conquista do espaço público.** In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). Nova História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2016. p. 218-237.

TEDESCHI. Losandro Antônio. **Alguns apontamentos sobre história oral, gênero e história das mulheres.** Dourados: UFGD, 2014.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL – TSE - Candidaturas por sexo - Cargo de Deputado e Governador - Eleitos por sexo - Cargo de Deputado e Governador – Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/informacoes-eleitorais>. Acesso em: 11 ago. 2019.

Fontes orais:

Deputada estadual. Entrevistadora: Alessandra Ruita Santos Czapski. Palmas, TO, fev. 2019.

Candidata a vereadora, a deputada estadual, a deputada federal, pré-candidata a vereadora em Palmas - Tocantins. Entrevistadora: Alessandra Ruita Santos Czapski. Palmas, TO, fev. 2019.

Candidata a vereadora e a governadora no Tocantins. Entrevistadora: Alessandra Ruita Santos Czapski. Palmas, TO, fev. 2019.